



MNLT S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração**Aos Acionistas,****Mensagem da Administração**

A MNLT S.A. ("Companhia" ou "MNLT") é uma sociedade anônima integrante do Grupo StoneCo.

Até o final de 2018, a Companhia exercia atividades relacionadas a pagamentos eletrônicos, tais como (a) a prestação de serviços de captura; (b) processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito; (c) venda ou aluguel de hardware de ponto de venda relacionados aos itens anteriores; (d) entre outras atividades, incluindo a antecipação de recebíveis mediante solicitação dos estabelecimentos comerciais.

No mesmo ano, a Companhia, em razão de uma decisão estratégica de seus acionistas, cessou sua operação de aquisição e deixou de ser uma entidade regulada pelo Banco Central do Brasil.

Desde então, a Companhia possui como atividade principal a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Em dezembro de 2018, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO"), e com isto, a MNLT continua gerando resultado financeiro positivo.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totalizaram R\$ 1.983,3 milhão, apresentando um aumento de 122,4% em relação a 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R\$ 891,9 milhões. Essa variação deve-se à valorização das cotas no FIDC TAPSO, que impactaram o grupo contábil de aplicações financeiras e o resultado financeiro. Em 2023, a MNLT fez um aporte de R\$ 976,0 milhões no FIDC TAPSO, com recursos provenientes da emissão de debêntures ocorrida em 8 de novembro em 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido totalizou R\$ 920,2 milhões, representando um aumento de 6,5% em relação a 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R\$ 864,2 milhões. O aumento apresentado deve-se ao lucro do exercício, em conjunto com uma maior reserva de capital no período, resultante de pagamento baseado em ações.

Em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido totalizou R\$ 33,8 milhões, representando uma redução de 76,0% em relação a 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$ 140,8 milhões. A variação é explicada principalmente pela redução do resultado financeiro devido aos resgates de cotas do FIDC TAPSO no segundo trimestre de 2022, despesas financeiras dos juros das debêntures e aumento de despesas com pessoal conforme nova estrutura do rateio da Companhia.

Declaração da Diretoria e do Conselho de Administração

Em conformidade com o inciso V, parágrafo 1º, do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração da MNLT declaram que discutiram, reviram e concordaram com demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relacionamento com Auditores Independentes

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses com seus clientes.

A Administração.

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas.....	6
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado.....	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas das demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
MNLT S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MNLT S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do valor contábil de aplicações financeiras

Conforme nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía investimento no TAPSO - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC TAPSO”) no montante de R\$1.879.348 mil, que representa 94,77% dos seus ativos. O resultado desse investimento apurado no exercício foi de R\$98.724 mil, que representa 292% do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O FIDC TAPSO realiza a aquisição de direitos creditórios oriundos majoritariamente das transações de pagamentos realizadas pelos clientes da Stone Instituição de Pagamento S.A., controladora da Companhia, na modalidade sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Em razão da relevância do investimento no FIDC TAPSO e do resultado auferido em relação às demonstrações financeiras da Companhia, bem como a sua mensuração do valor contábil, consideramos o investimento no FIDC TAPSO como o principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento das políticas e metodologias de registro contábil do investimento no FIDC TAPSO, a confirmação da existência dos direitos creditórios por meio dos termos de cessão, recálculo dos direitos creditórios registrados com base nas taxas firmadas em contrato e a avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o valor contábil do investimento no FIDC TAPSO, incluídas na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração da participação no FIDC TAPSO, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas na mensuração do investimento no FIDC TAPSO são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

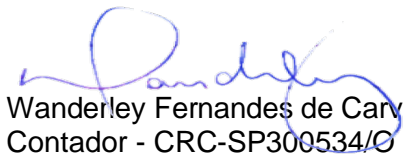
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC- SP-034519/O



Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador - CRC-SP309534/O

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.543	28.205
Aplicações financeiras	5	1.879.348	844.624
Tributos a recuperar		1.244	1.262
Outros créditos		1.050	104
Total do ativo circulante		1.906.185	874.195
Ativo não circulante			
Contas a receber de partes relacionadas	7	49.230	3.282
Outros créditos		73	82
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.3	27.752	14.019
Imobilizado líquido		18	320
Total do ativo não circulante		77.073	17.703
Total do ativo		1.983.258	891.898
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo circulante			
Fornecedores		106	163
Empréstimos e financiamentos	8	16.953	247
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9	19.538	10.272
Dividendos a pagar	12.5	321	1.337
Obrigações tributárias	10	13.730	4.031
Outras contas a pagar		65	105
Total do passivo circulante		50.713	16.155
Passivo não circulante			
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9	2.489	1.485
Empréstimos e financiamentos	8	997.281	44
Contas a pagar a partes relacionadas	7	10.718	9.667
Provisão para contingências	11	1.901	303
Total do passivo não circulante		1.012.389	11.499
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	524.653	524.653
Reserva de capital	12.2	33.293	10.888
Reserva de lucros	12.3 e 12.4	362.210	328.703
Total do patrimônio líquido		920.156	864.244
Total do passivo e patrimônio líquido		1.983.258	891.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Nota	Exercícios findo em :	
		31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas		(22.868)	(11.995)
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.480)	(9.742)
Prejuízo operacional	13	(26.348)	(21.737)
Receitas financeiras	14	95.595	234.882
Despesas financeiras	14	(19.894)	(1.364)
Resultado financeiro líquido		75.701	233.518
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		49.353	211.781
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.2	(29.258)	(45.486)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.2	13.733	(25.538)
Lucro líquido do exercício		33.828	140.757
Lucro líquido por ações - básico e diluído - R\$	16	0,0150	0,0623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangenteExercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Exercícios findo em :	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	33.828	140.757
Outros resultados abrangentes	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	33.828	140.757

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de lucros para expansão		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.324.653	7.098	32.341	156.942	—	1.521.034
Pagamento baseado em ações		—	3.790	—	—	—	3.790
Redução de capital social		(800.000)	—	—	—	—	(800.000)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	140.757	140.757
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da Reserva legal		—	—	7.038	—	(7.038)	—
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	—	(1.337)	(1.337)
Constituição de reserva de lucros para expansão		—	—	—	132.382	(132.382)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022		524.653	10.888	39.379	289.324	—	864.244
Pagamento baseado em ações	15	—	22.405	—	—	—	22.405
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	33.828	33.828
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da reserva legal	12.3	—	—	1.691	—	(1.691)	—
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	12.5	—	—	—	—	(321)	(321)
Constituição de reserva de lucros para expansão	12.4	—	—	—	31.816	(31.816)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023		524.653	33.293	41.070	321.140	—	920.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)



	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		33.828	140.757
Ajustes ao lucro líquido:		(69.598)	(203.764)
Depreciação e amortização		21	189
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(13.733)	25.538
Receitas financeiras, líquidas		(79.998)	(232.756)
Juros, variações monetárias líquidas		63	—
Provisão para contingências	11	1.585	(525)
Prejuízo na alienação de bens		59	—
Pagamento baseado em ações	15	22.405	3.790
Variações nos ativos e passivos		(26.172)	12.833
Tributos a recuperar		(4.004)	999
Outros créditos		(956)	(37)
Contas a receber de partes relacionadas		(44.773)	(1.306)
Fornecedores		(57)	(76)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		10.270	5.181
Obrigações tributárias		33.016	49.097
Outras contas a pagar		(41)	(3)
Pagamento de contingências	11	(50)	(93)
Contas a pagar a partes relacionadas		(292)	1.429
Juros pagos		(46)	(49)
Juros recebidos		1.175	54
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.414)	(42.363)
Caixa líquido das atividades operacionais		(61.942)	(50.174)
Venda (aporte) de aplicações financeiras líquido	5	(936.000)	650.000
Caixa líquido das atividades de investimento		(936.000)	650.000
Captação de empréstimos	8.2	995.676	—
Pagamento de leasing		(59)	(112)
Redução de capital social	12.1	—	(800.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	12.5	(1.337)	(1.212)
Caixa líquido das atividades de financiamento		994.280	(801.324)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(3.662)	(201.498)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	28.205	229.703
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	24.543	28.205
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(3.662)	(201.498)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionadoExercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Insumos adquiridos de terceiros			
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais		(5.291)	(4.465)
		(5.291)	(4.465)
Valor adicionado bruto			
		(5.291)	(4.465)
Depreciação e amortização		(21)	(189)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia			
		(5.312)	(4.654)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		100.257	246.337
		100.257	246.337
Valor adicionado total a distribuir			
		94.945	241.683
Distribuição do valor adicionado			
Remuneração direta		9.924	11.515
Benefícios		1.296	738
FGTS		454	564
Pessoal		11.674	12.817
Federais		29.549	86.745
Impostos, taxas e contribuições		29.549	86.745
Juros e variações cambiais		19.894	1.364
Remuneração de capitais de terceiros		19.894	1.364
Dividendos e juros sobre o capital próprio		321	1.337
Lucros retidos do exercício		33.507	139.420
Remuneração de capitais de próprios		33.828	140.757
Valor adicionado total distribuído			
		94.945	241.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A MNLT S.A. (“Companhia” ou “MNLT”), constituída em setembro de 2010, é uma empresa regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Atualmente, a Stone Instituição de Pagamento S.A. (“Stone”) é a única acionista da Companhia e possui a StoneCo Ltd (“StoneCo”) como acionista indireta e final, empresa constituída nas Ilhas Cayman, com ações listadas na bolsa americana NASDAQ com a sigla STNE, e BDRs negociadas na B3, bolsa brasileira, com a sigla STOC31. A MNLT possui sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7.221, 14º andar.

A Companhia é uma sociedade por ações que tinha como objeto principal a operação de adquirência, que compreendia a prestação de serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das associações (bandeiras) Visa, Mastercard e Diners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos.

A operação com cartões de crédito e débito consiste na captura, processamento e liquidação de transações comerciais e financeiras dos cartões das mencionadas bandeiras. A MNLT, pela prestação desses serviços, cobrava dos estabelecimentos uma taxa de desconto, que tinha por objetivo: (i) remunerar a bandeira e o emissor dos cartões de crédito e débito com o repasse de uma taxa pela sua prestação de serviços; e (ii) remunerar os serviços prestados pela MNLT.

As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos.

Em 31 de outubro de 2018 a Companhia cessou sua operação de adquirência, mantendo a licença junto ao Banco Central do Brasil (“BACEN”). Em 4 de dezembro de 2018, após o encerramento de suas atividades, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no FIDC TAPSO, e com isto, a MNLT continuou gerando resultado financeiro positivo.

A MNLT obteve o registro em 11 de fevereiro de 2022 na categoria “B” na CVM.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as normas e regulamentos emitidos pela CVM e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela CVM; e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da demonstração do valor adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Segundo as IFRS, a apresentação dessa demonstração não é requerida. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Base de preparação e apresentação

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valor justo de ativos financeiros e de pagamento baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos não-financeiros e provisão para impostos diferidos e para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2024.

3. Principais políticas contábeis.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

A seguir, apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração.

3.1. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

- espera-se realizá-lo ou pretenda vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como circulante quando:

- espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- Alteração à IAS 12 – Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
- Alterações de escopo da IAS 1, IFRS Practice Statement 2 e IAS 8: as alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis. As alterações são efetivas para os períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2.1. Pronunciamentos novos ou revisados ainda não adotados

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- Alterações à IAS 1: Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes: em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 para especificar os requisitos para classificação de passivos como correntes ou não correntes.
- Alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: em maio de 2023, o IASB emitiu alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações para esclarecer as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigir divulgações adicionais de tais acordos. As alterações visam melhorar a compreensão das características das transações de financiamento de fornecedores e incluir divulgações nas demonstrações financeiras que ajudam os usuários a compreender os efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.

A Companhia não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras com a aplicação das alterações apresentadas acima.

3.3. Environmental, Social and Governance ("ESG")

A MNLT está comprometida em reforçar a responsabilidade do Grupo StoneCo com a sociedade. Por isso, em 2023, decidiu aperfeiçoar a abordagem em relação à sustentabilidade, investindo no aprimoramento e na adoção de práticas e princípios ESG.

A nível do Grupo StoneCo, em 2023, foi desenvolvida a primeira matriz de materialidade, seguindo o conceito de dupla materialidade. Esse processo identificou e priorizou nove temas mais relevantes para os públicos de relacionamento.

Também durante esse ano, foi divulgado o primeiro relatório de sustentabilidade anual (referente ao ano base 2022), de acordo com as normas da *Global Reporting Initiative* ("GRI"), e foi feito investimento no primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa ("GEE") para estabelecer parâmetros para a redução de emissões de carbono, de acordo com o método *Greenhouse Gases - GHG Protocol*.

Além disso, foi divulgada a política de riscos social, ambiental e climática ("SAC"), que orienta a gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos, alinhando-se aos interesses dos *stakeholders*, promovendo a geração de valor e assegurando o cumprimento das obrigações legais e regulatórias.

Em linha com essas iniciativas, foi estabelecida a diretoria de impacto e sustentabilidade em 2023, fortalecendo o compromisso do Grupo StoneCo em estruturar uma governança e uma estratégia ESG para os próximos anos.

A transparência com os públicos de relacionamento foi reforçada, e o primeiro Relatório de Sustentabilidade anual foi lançado, com base nas normas da GRI, versão 2021, metodologia reconhecida pelas melhores práticas globais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

4.1. Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

4.2. Composição dos saldos

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos em bancos nacionais	24.422	18.945
Aplicações financeiras ^(a)	121	9.260
Total	24.543	28.205

(a) Referem-se preponderantemente a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários com liquidez diárias e risco insignificante de mudança de valor, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas pactuadas.

5 Aplicações financeiras

5.1. Políticas contábeis

As aplicações financeiras são classificadas como subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado ("VJR") ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), de acordo com o modelo de negócios da Companhia e com as características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Atualmente, a Companhia mantém como aplicações financeiras suas cotas no FIDC TAPSO. Este ativo financeiro é classificado como custo amortizado, sendo mensurado inicialmente ao valor justo mais custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, e mensurado subsequentemente pelo Método de Juros Efetivos ("MJE"), para o qual é definida a Taxa de Juros Efetiva ("TJE"). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou em caso de redução ao valor recuperável.

5.2. Fundos de investimentos

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas FIDC TAPSO	1.879.348	844.624
Total	1.879.348	844.624

O FIDC TAPSO iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais.

O objetivo do FIDC TAPSO é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de: (i) direitos creditórios, formalizados pelos documentos comprobatórios, que atendam aos critérios de elegibilidade do regulamento; e (ii) ativos financeiros, observados os índices de composição e diversificação da carteira do FIDC TAPSO, conforme estabelecidos no regulamento.

A movimentação das aplicações financeiras segue a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	844.624	1.261.846
(+) Aporte	976.000	—
(-) Venda de cotas	(40.000)	(650.000)
(+) Ganho com valorização das cotas do FIDC TAPSO	98.724	232.778
Saldo final	1.879.348	844.624

O FIDC TAPSO pertence 99,8% a StoneCo e suas controladoras (99,9% em 31 de dezembro de 2022), sendo que em 31 de dezembro de 2023 a MNLT detém 7,3% das cotas (5,0% em 31 de dezembro de 2022), a Stone 21,8% (37,0% em 31 de dezembro de 2022), a Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me") 45,8% (32,4% em 31 de dezembro 2022), a StoneCo 19,7% (25,5% em 31 de dezembro de 2022), a STNE Participações S.A. detém 0,2% (0% em 31 de dezembro de 2022), o StoneCo Exclusivo Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("FIC FIM") detém 5,0% (0% em 31 de dezembro de 2022).

O FIDC TAPSO deve manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS.

Apesar da duração do FIDC ser de 20 anos, o prazo de recebimento é menor que 12 meses, ou seja, é de entendimento da Companhia que o valor deve ser registrado no ativo circulante.

6 Imposto de renda e contribuição social

6.1. Políticas contábeis

O imposto de renda (“IRPJ”) é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente para IRPJ. A contribuição social (“CSLL”) é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

6.1.1. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do período e não expira.

6.1.2. Impostos correntes

O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

6.2. Reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findo em :	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.353	211.781
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(16.780)	(72.006)
Lei de incentivo à cultura e assistência social	655	1.145
Outros incentivos fiscais	672	262
Despesas permanentes	(72)	(425)
Imposto de renda e contribuição social	(15.525)	(71.024)
Impostos correntes	(29.258)	(45.486)
Impostos diferidos	13.733	(25.538)
Imposto de renda e contribuição social	(15.525)	(71.024)
Taxa (%) de alíquota efetiva	31%	34%

6.3. Impostos diferidos

	31/12/2022	Movimentação	31/12/2023
Diferenças temporárias	4.404	8.604	13.008
Prejuízo fiscal/Base negativa ^(a)	27.815	(13.071)	14.744
Total ativo fiscal diferido	32.219	(4.467)	27.752
Reconhecimento de receita FIDC ^(b)	(18.200)	18.200	—
Total passivo fiscal diferido	(18.200)	18.200	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.019	13.733	27.752

(a) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía prejuízo fiscal de R\$ 43.424 (R\$ 81.828 em 31 de dezembro de 2022) e base negativa da contribuição social de R\$ 43.193 (R\$ 81.740 em 31 de dezembro de 2022) passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição.

(b) Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
2024	14.674
2025	5.174
2026	1.463
2027	5.287
2028	586
2029 em diante	568
Total	27.752

7. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas do Grupo StoneCo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas, conselheiros e diretores sobre os quais exercem influência significativa.

Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações referem-se a despesas compartilhadas entre partes relacionadas e estão demonstrados a seguir:

Ativos	31/12/2023	31/12/2022
Stone Instituição de Pagamento S.A. - (controlador direto)	32.007	1.543
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. - (controlador direto comum)	11.750	887
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. - (controlador final comum)	1.690	157
Stone Logística Ltda. - (controlador final comum)	844	8
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. - (controlador final comum)	747	36
STNE Participações S.A. - (controlador final comum)	706	—
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. - (controlador final comum)	548	361
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. - (controlador direto comum)	532	44
Vitta Corretora de Seguros Ltda. - (controlador final comum)	125	6
Linx Telecomunicações Ltda. - (controlador final comum)	81	26
Stone Franchising Ltda. - (controlador final comum)	59	3
Vitta Serviços em Saúde Ltda. - (controlador final comum)	55	9
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. - (controlador final comum)	36	5
Linx S.A. - (controlador final comum)	34	11
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. - (controlador final comum)	16	2
Equals S.A. - (controlador final comum) ^(a)	—	34
Cappta S.A. ^(b)	—	150
Contas a receber de partes relacionadas ^(c)	49.230	3.282
Passivos	31/12/2023	31/12/2022
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. - (controlador final comum)	10.718	9.375
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. - (controlador final comum)	—	292
Contas a pagar de partes relacionadas	10.718	9.667

(a) Em 02 de outubro de 2023, a Equals S.A. foi incorporada pela STNE Participações S.A, conforme estratégia do Grupo StoneCo para reorganização societária.

(b) Em 30 de junho de 2023, o Grupo StoneCo realizou uma reorganização de negócios envolvendo a antiga subsidiária Cappta S.A. ("Cappta"), que realizava as atividades de fornecimento de soluções tecnológicas para pagamentos parcelados e em soluções tecnológicas para transferências eletrônicas até esta data. O Grupo StoneCo detinha participação societária na Cappta de 59,6%. Como resultado desta reorganização, o Grupo StoneCo deixou de possuir investimento na Cappta e passou a deter 100% de participação na Stef S.A., realizando apenas as atividades de soluções tecnológicas para transferências eletrônicas.

(c) Refere-se aos valores da nova estrutura do rateio dos salários, bônus, pagamento baseado em ações, encargos sociais, e benefícios aos funcionários.

Pessoas - chave

Os administradores da Companhia também são administradores de outras Companhias pertencentes ao Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da MNL T não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

8. Empréstimos e financiamentos

8.1. Políticas contábeis

A Companhia realiza financiamentos para sua gestão de liquidez. Os passivos financeiros decorrentes destas operações são classificados, no reconhecimento inicial, como mensuráveis ao custo amortizado, ou ao valor justo por meio do resultado. Atualmente, os financiamentos em vigor da Companhia são classificados como mensuráveis ao custo amortizado e reconhecidos inicialmente ao justo valor, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado são subsequentemente mensurados considerando o MJE, para o qual é definida a TJE de cada transação.

O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são partes integrantes da TJE. As despesas resultantes da amortização da TJE são classificadas como Despesas financeiras na demonstração do resultado. Ganhos e perdas resultantes de desconhecimento de financiamentos são reconhecidos no resultado.

8.2. Financiamentos

	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2022	Adições	Baixas	Pagamento Principal	Juros Pagos	Juros	31/12/2023
Debêntures	CDI + 1,75% a.a	Out/26	—	995.676	—	—	18.558	—	1.014.234
Leasing	14,32% a.a	Mar/23	291	—	(232)	(59)	(9)	9	—
			291	995.676	(232)	(59)	18.549	9	1.014.234

Circulante	247	16.953
Não circulante	44	997.281

Em 08 de novembro de 2023 a MNL T concluiu sua primeira emissão de debêntures no valor total de R\$ 1 bilhão em operação com prazo de três anos a CDI + 1,75% a.a. As debêntures são outorgadas com garantia fidejussória, na forma de fiança, nos termos do artigo 822 da lei 10.406/22, pela Stone e StoneCo, e foi a primeira emissão corporativa do Grupo StoneCo no mercado de capitais brasileiro.

9. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

9.1. Políticas contábeis

Os passivos relacionados com benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados à medida que o serviço relacionado é prestado.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa pelo valor esperado a ser pago em relação a bônus e participação nos lucros. A bonificação e a participação nos lucros liquidáveis em dinheiro a cada pessoa são determinadas com base nos seguintes fatores: lucro líquido ajustado, metas globais, metas departamentais e avaliação de desempenho individual. O Grupo reconhece uma provisão quando é contratualmente obrigado ou quando existe uma prática passada que cria uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece como passivo as obrigações previdenciárias devidas sobre verbas trabalhistas na mesma competência em que estas obrigações são reconhecidas.

9.2. Composição dos saldos

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para participação lucros e bônus	13.985	6.927
Provisão para férias, 13º salário e encargos	6.623	3.799
INSS a recolher	964	670
FGTS a pagar	455	361
Total	22.027	11.757
Circulante	19.538	10.272
Não circulante	2.489	1.485

10. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL	9.823	—
Impostos de terceiros retidos na fonte	2.997	619
PIS e COFINS	910	802
Outros ^(a)	—	2.610
Total	13.730	4.031

(a) Saldo refere substancialmente a Pis e Cofins diferidos sobre a uniformização dos critérios contábeis da aplicação no FIDC TAPSO, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis.

11. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

11.1. Políticas contábeis

Provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando:

(i) a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Se houver uma série de obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de caixa ser necessária para liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída de caixa em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja baixa.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem de tempo é reconhecido como despesa financeira.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

11.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas

Em março de 2023, a MNL T atualizou sua política de contingenciamento de processos judiciais. A metodologia anterior, que considerava o valor total envolvido nos litígios cíveis e trabalhistas, foi aprimorada para levar em conta a experiência de transações semelhantes. A partir disso, a Companhia passou a contingenciar os valores que, nos termos do comportamento da carteira, costuma desembolsar. Esse movimento foi possível em razão do amadurecimento da carteira de processos.

Após alguns meses da implementação do primeiro cenário, em dezembro de 2023, a Companhia reanalisou sua política de contingência com o objetivo de aumentar a precisão das estimativas de resultados. Para isso, a Companhia estipulou um target baseado no histórico de condenações da carteira de processos dos últimos 12 meses. O target estipulado foi aplicado em toda a base de processos, respeitadas as exceções previstas em política, como medida para garantir e simplificar o procedimento de contingência. Assim como ocorreu em março de 2023, esse ajuste foi possibilitado pela maturação da carteira contenciosa.

- Provisões trabalhistas e cíveis – Os valores das contingências são provisionados de acordo com os critérios de provisão da Companhia respeitando a separação de processos massificados e não massificados. Na primeira hipótese, a provisão seguirá o ticket médio. No segundo caso, considera-se o valor potencial de perda de cada ação judicial, com base em

parâmetros como a fase em que o processo se encontra e o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

- Provisões fiscais - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida, parecer interno, bem assim o parecer de consultores jurídicos externos.

11.3. Perdas prováveis, provisionadas no balanço patrimonial

Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para contingências relativas a riscos trabalhistas e cíveis, como segue:

	Trabalhista	Cível (a)	Tax (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	502	419	—	921
Adições	26	92	—	118
Reversões	(289)	(354)	—	(643)
Pagamentos	—	(93)	—	(93)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239	64	—	303
Adições	87	149	1.555	1.791
Reversões	(206)	—	—	(206)
Juros	19	44	—	63
Pagamentos	—	(50)	—	(50)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	139	207	1.555	1.901

(a) A MNL é parte em diversas ações judiciais cujos objetos conectam-se com sua operação de aquisição, no montante de R\$ 207 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2022).

(b) A Administração da Companhia reconheceu a necessidade de contabilizar uma provisão decorrente de alteração de jurisprudência dos tribunais superiores.

11.4. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	—	231
Cíveis (a)	5.353	6.079
Tributárias (b)	2.794	7.833
	8.147	14.143

(a) A MNL é parte em diversas ações judiciais cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Acerca das ações relacionadas à operação nativa da MNL, vale destacar uma ação de cobrança, em conjunto com outra empresa do grupo, proposta por determinado parceiro comercial, responsável por parte da captação e indicação de estabelecimentos comerciais, no montante de R\$ 5.353 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.195 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Refere-se principalmente a processos tributários que têm como objeto principal a operação de aquisição.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social no total de R\$ 524.653, está dividido em 2.260.490.292 ações ordinárias e 10 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	País sede	Ações	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
			Ações	Ações
Stone Instituição de Pagamento S.A.	Brasil	Ordinárias	2.260.490.292	2.260.490.292
		Preferenciais	10	10
Total de ações			2.260.490.302	2.260.490.302

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de maio de 2022, a acionista da Companhia aprovou a redução de capital social em R\$ 150.000, sem o cancelamento de ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de julho de 2022, a acionista da Companhia aprovou a redução de capital social em R\$ 650.000, sem o cancelamento de ações.

12.2. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2023, a MNL T destinou um montante de R\$ 22.405 (R\$ 3.790 em 31 de dezembro de 2022), totalizando R\$ 33.293 (R\$ 10.888 em 31 de dezembro de 2022) para a distribuição de remunerações baseadas em ações (Nota 15).

12.3. Reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei da S.A. e do Estatuto Social da Companhia, a MNL T deve destinar para a reserva legal o montante equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder a 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescidos dos montantes da reserva de capital, exceder 30% do capital social, a destinação do lucro líquido para reserva legal não será obrigatória. Em 31 de dezembro de 2023, a MNL T constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 1.691 (R\$ 7.038 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), totalizando R\$ 41.070 em sua reserva legal (R\$ 39.379 em 31 de dezembro de 2022).

12.4. Reserva de lucros para expansão

A reserva de lucros para expansão foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei da S.A., e alterações com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Em 31 de dezembro de 2023, a MNL T constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 31.816 (R\$ 132.382 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), totalizando R\$ 321.140 em sua reserva de lucros para expansão (R\$ 289.324 em 31 de dezembro de 2022).

12.5. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal e pela eventual constituição da reserva para contingências e a respectiva reversão (se aplicável), prevista do artigo 202 da Lei da S.A.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	33.828	140.757
(-) Constituição da reserva legal - 5%	(1.691)	(7.038)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	32.137	133.719
Dividendos mínimos obrigatórios - 1%	321	1.337
Dividendos propostos pela Administração	321	1.337
Movimentação dos dividendos		
Saldo inicial - Dividendos a pagar	1.337	1.212
Dividendos pagos ao longo do exercício	(1.337)	(1.212)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	321	1.337
Saldo final - Dividendos a pagar	321	1.337
Apresentação dos dividendos		
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	321	1.337
Dividendos adicionais propostos pela Administração	—	—

13. Despesas

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de pessoal	(19.858)	(14.920)
Contingências	(1.618)	412
Serviços de terceiros	(859)	(260)
Taxas e contribuições	(718)	(344)
Captura e processamento	(412)	(906)
Depreciação e amortização	(21)	(189)
Telefonia	(20)	(43)
Doações dedutíveis	—	(2.225)
Outras despesas operacionais	(1.462)	(2.266)
Outras despesas administrativas	(1.380)	(996)
Total	(26.348)	(21.737)

14. Resultado Financeiro

14.1 Políticas contábeis

14.1.1 Receitas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receitas de aplicações em cotas de fundo de investimento e juros de aplicações financeiras.

14.1.2 Despesas financeiras

As despesas financeiras, incluem principalmente impostos sobre operações financeiras, e juros de contingências.

14.2 Composição dos saldos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações em cotas ^(a)	94.062	221.323
Rendimentos de aplicações financeiras	357	13.503
Outras receitas financeiras	1.176	56
	<u>95.595</u>	<u>234.882</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.558)	—
Outras despesas financeiras	(1.336)	(1.364)
	<u>(19.894)</u>	<u>(1.364)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>75.701</u>	<u>233.518</u>

(a) Receita sobre rendimentos das cotas do FIDC TAPSO, líquido de PIS/COFINS no montante de R\$ 4.662 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 11.455 em 31 de dezembro de 2022).

15. Pagamento baseado em ações

15.1 Políticas contábeis

15.1.1 Remuneração com base em ações

A controladora StoneCo possui planos de remuneração baseada em ações, e outorgou direitos sobre os seus instrumentos patrimoniais diretamente aos empregados de suas controladas, segundo os quais a administração se compromete com a liquidação de ações baseados em seu preço ou valor, para empregados e não empregados em troca de serviços.

15.1.2 Transações liquidadas em ações

O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período de prestação do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos

adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito.

15.2. Unidades de Ações Restritas

Em setembro de 2018, a StoneCo outorgou Unidades de Ações Restritas (“UARs”) relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados de suas controladas, sendo que alguns destes empregados foram transferidos para a Companhia em 2019 em função de alterações administrativas estratégicas no grupo. A partir da data destas movimentações as despesas de tais concessões passaram a ser reconhecidas na Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada é reconhecida durante o período de aquisição de direito (“vesting period”). Este programa está vinculado a condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (“vesting period”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo valor justo das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga.

Em 2023, a Companhia outorgou 177.459 UARs com valor justo médio na data de outorga de R\$ 50,17, que foram determinados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos e na taxa de câmbio, ambos na data da outorga, e possuem vencimento (“vesting period”) em tranches ao longo de um período de 2 a 4 anos. Além disso foram transferidas 851.137 UARs para a Companhia, canceladas 2.900 UARs e entregues 83.490 ações aos beneficiários.

15.3 Unidades de Ações de Desempenho

Em 2022, a StoneCo outorgou Unidades de Ações de Desempenho (“UADs”) relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados da Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de alcance de preço das ações da StoneCo em determinado período, sendo que a forma de outorga das ações segue também as regras de período de aquisição de direito (“vesting period”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga usando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa será reconhecida ao longo do período de aquisição. A condição de desempenho é considerada na estimativa do valor justo na data de outorga.

O número de UADs a serem emitidas é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padrões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativo de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real.

Em 2023, a Companhia outorgou 47.619 UADs com valor justo médio na data de outorga de R\$ 6,62, que foram determinados com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton, no qual as duas principais entradas do modelo foram: taxa de juros livre de risco de 4,09% a 4,77% de acordo com a curva a termo Libor/SOFR de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 73,9% a 79,5% com base no histórico da Companhia. Além disso foram transferidas 540.441 UADs para a Companhia e canceladas 45.787 UADs.

15.4. Movimentação dos planos

As movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 dos planos são apresentadas a seguir:

	UARs	UADs	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	163.986	—	163.986
Outorgadas	257.095	184.980	442.075
Emitidas	(7.748)	—	(7.748)
Transferências entre empresas do grupo ^(a)	(13.645)	10.073	(3.572)
Canceladas	(53.750)	(14.652)	(68.402)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	345.938	180.401	526.339
Outorgadas	177.459	47.619	225.078
Emitidas	(83.490)	—	(83.490)
Transferências entre empresas do grupo ^(a)	851.137	540.441	1.391.578
Canceladas	(2.900)	(45.787)	(48.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.288.144	722.674	2.010.818

(a) Referem-se a alterações administrativas estratégicas no Grupo StoneCo, que acarretaram a movimentação de empregados entre a Companhia e outras empresas do grupo.

Em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecida provisão na rubrica de despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 25.561 (R\$ 4.798 em 31 de dezembro de 2022) e reserva de capital no montante de R\$ 22.405 (R\$ 3.790 em 31 de dezembro de 2022) referente à remuneração baseada em ações.

16. Lucro por ação

16.1 Políticas contábeis

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação considera a quantidade de ações em circulação para fins de lucro (prejuízo) básico mais (quando diluído) a quantidade de ações potencialmente emissíveis calculada pelo método de ações em tesouraria, conforme exigido pelo IAS 33. Todas as quantidades de ações para efeito de lucro por ação são as médias ponderadas de cada período apresentado.

16.2 Cálculo do resultado por ação básico e diluído

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício (numerador do lucro básico por ação)	33.828	140.757
Número médio ponderado de ações em circulação	2.260.490.302	2.260.490.302
Denominador do lucro básico por ação	2.260.490.302	2.260.490.302
Lucro básico por ação - (em reais)	0,0150	0,0623

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício (numerador do lucro diluído por ação)	33.828	140.757
Número médio ponderado de ações em circulação	2.260.490.302	2.260.490.302
Denominador do lucro diluído por ação	2.260.490.302	2.260.490.302
Lucro diluído por ação - (em reais)	0,0150	0,0623

17. Instrumentos financeiros

17.1. Políticas contábeis

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

17.1.1. Ativos financeiros

17.1.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático previsto no CPC 48 / IFRS 09 – Instrumentos Financeiros, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “somente pagamentos de principal e juros” (“SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

17.1.1.1.1. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- Ativos financeiros ao VJR.

17.1.1.1.2. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de partes relacionadas, aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa, e outros créditos.

17.1.1.1.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

A Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

17.1.1.1.4. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais)

Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

17.1.1.1.5. Ativos financeiros ao VJR

Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Em 2023 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria, somente em 2022.

17.1.1.2. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Companhia) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou

- A Companhia transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir.

17.1.1.3. Perda por redução ao valor recuperável (“Impairment”) de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base.

17.1.2. Passivos financeiros

17.1.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, contas a pagar a partes relacionadas e outras contas a pagar.

17.1.2.2. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

17.1.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR

Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos.

A Companhia não possui passivos financeiros ao VJR.

17.1.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria inclui fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, contas a pagar a partes relacionadas e outras contas a pagar.

17.1.2.3. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

17.1.2.4. Valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra:

- No mercado principal do ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo
- O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível à Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo:

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

17.1.2.5. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento em base líquida.

17.1.2.6. Instrumentos financeiros derivativos

De tempos em tempos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger seus riscos moeda estrangeira.

Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, reavaliados ao seu valor justo. Derivativos são considerados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos são levados diretamente ao resultado.

17.2. Gestão de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo (“Tesouraria Global”) no nível de Grupo, desenhada pelo time de gerenciamento de riscos, conforme políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento local de tesouraria (“Tesouraria Local”) executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

17.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição ao risco de crédito.

17.2.1.1. Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito referente aos saldos em aberto com instituições financeiras e instituições de pagamentos é gerido pela equipe de tesouraria da Companhia, de acordo com políticas internas do grupo. Investimentos de recursos excedentes e uso de instrumentos derivativos são realizados apenas com instituições financeiras de baixo risco, quando aplicável.

17.2.2. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a mudanças nas condições de mercado.

No curso normal dos negócios, a Companhia efetua transações financeiras sujeitas a variáveis de mercado, portanto expostas ao risco de mercado. A tesouraria Global gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo.

O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas informações financeiras são discutidos a seguir.

Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável.

17.2.2.1. Risco de taxa de juros

É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas principalmente à variação da taxa de juros DI.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2023. Para esta análise, a Companhia adotou como cenário provável as taxas de juros futuras de 11,65% em 31 de dezembro de 2023 (13,65% em 31 de dezembro de 2022) para o DI, disponíveis na B3. Desta maneira foi definido o cenário provável e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	31/12/2023	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II - Stress de 25%	Cenário III - Stress de 50%
Taxa DI			11,65%	8,74%	5,83%
Caixa e equivalentes de caixa	121	Diminuição do CDI	8	6	4
Aplicações financeiras	1.879.348	Diminuição do CDI	446.856	330.945	217.889
			446.864	330.951	217.893
Operação	31/12/2022	Risco	Cenário I	Cenário II - Stress de 25%	Cenário III - Stress de 50%
Taxa DI			13,65%	10,24%	6,83%
Caixa e equivalentes de caixa	9.260	Diminuição do CDI	739	558	374
Aplicações financeiras	844.624	Diminuição do CDI	135.518	101.402	67.457
			136.257	101.960	67.831

17.2.2.2 Risco cambial

Pelo fato de a Companhia ter todas suas aplicações financeiras denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial.

17.2.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria local. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito compromissadas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações e empréstimos perante terceiros. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento de dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas, cumprimento dos objetivos de índices do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é gerido pela tesouraria local, que investe o excedente de caixa em instrumentos financeiros de alta liquidez e baixo risco, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha aplicações financeiras de R\$ 121 (R\$ 9.260 - em 31 de dezembro de 2022) que devem gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2023			
Fornecedores	106	—	—
Empréstimos e financiamentos	113.657	108.243	1.114.419
Dividendos a pagar	321	—	—
Contas a pagar a partes relacionadas	—	10.718	—
Outras contas a pagar	65	—	—
	114.149	118.961	1.114.419
Em 31 de dezembro de 2022			
Fornecedores	163	—	—
Empréstimos e financiamentos	247	68	—
Dividendos a pagar	1.337	—	—
Contas a pagar a partes relacionadas	—	9.667	—
Outras contas a pagar	105	—	—
	1.852	9.735	—

17.3 Instrumentos financeiros por categoria

17.3.1 Ativos conforme o balanço patrimonial

	Custo amortizado	VJR	Total
Em 31 de dezembro de 2023			
Aplicações financeiras	1.879.348	—	1.879.348
Contas a receber de partes relacionadas	49.230	—	49.230
Outros créditos	1.123	—	1.123
	1.929.701	—	1.929.701
Em 31 de dezembro de 2022			
Aplicações financeiras	—	844.624	844.624
Contas a receber de partes relacionadas	3.282	—	3.282
Outros créditos	186	—	186
	3.468	844.624	848.092

17.3.2 Passivos conforme o balanço patrimonial

	Custo amortizado	Total
Em 31 de dezembro de 2023		
Fornecedores	106	106
Empréstimos e financiamentos	1.014.234	1.014.234
Dividendos a pagar	321	321

Contas a pagar a partes relacionadas	10.718	10.718
Outras contas a pagar	65	65
	1.025.444	1.025.444
	Custo amortizado	Total
Em 31 de dezembro de 2022		
Fornecedores	163	163
Empréstimos e financiamentos	291	291
Dividendos a pagar	1.337	1.337
Contas a pagar a partes relacionadas	9.667	9.667
Outras contas a pagar	105	105
	11.563	11.563

17.4 Estimativa do valor justo

17.4.1 Valor justo de instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela a seguir apresenta uma comparação por classe entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, exceto aqueles cujos valores contábeis são aproximações razoáveis dos valores justos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos ^(a)	1.014.234	1.024.100	291	286
Total	1.014.234	1.024.100	291	286

(a) O valor justo dos Empréstimos e financiamentos foi estimado descontando os fluxos de caixa contratuais futuros pelas taxas de juros disponíveis no mercado que estão disponíveis para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

17.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios aos seus acionistas e parceiros de negócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no Caixa líquido ajustado, e sua estratégia é manter um Caixa líquido ajustado positivo.

O Caixa líquido ajustado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	24.543	28.205
Aplicações financeiras	1.879.348	844.624
Contas a receber de partes relacionadas	49.230	3.282
Caixa ajustado	1.953.121	876.111
Empréstimos e financiamentos	(1.014.234)	(291)
Dívida ajustada	(1.014.234)	(291)
(=) Caixa líquido ajustado	938.887	875.820

18. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A avaliação da cobertura dos seguros não foi escopo do trabalho dos auditores independentes, a qual é de responsabilidade da Administração. As coberturas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Riscos cibernéticos	25.000	25.000
Total	25.000	25.000